



A Universidade Aberta e a Língua Portuguesa: um enlace natural e uma aliança plena de potencial

1. Um contexto complexo que presidiu à criação da Universidade Aberta

A Universidade Aberta nasceu há 30 anos num contexto muito especial.

Na realidade, quando os Ministros do XI Governo Constitucional tomaram posse em 17 de agosto de 1987 – há mais de 31 anos – sabíamos que a sua instituição fora mencionada, inclusive subscrita, por sucessivos governos ao longo da década de '80.

Razões de diversa natureza haviam inviabilizado a sua criação, não obstante o esforço denodado, e o *lobby* habilmente desenvolvido, designadamente numa perspetiva europeia onde se movimentava com grande à vontade, pelo principal mentor da ideia, o Professor Armando Rocha Trindade, que eu viria a nomear, com inteira justiça, para ocupar o lugar de primeiro Magnífico Reitor da Universidade Aberta.

Assim, mencionarei três de entre a multiplicidade de razões que, no meu entendimento, haviam obstaculizado a criação da Universidade Aberta. Salientarei, em primeiro lugar, as dúvidas e hesitações sobre o modelo de Universidade a conceber e sobre os custos que lhe estariam associados (recordo a este propósito que há três décadas nenhum cientista, nem prospetivista encartado, sonharia prever a penetração galopante que teve a Internet nas nossas vidas - uma Internet que nem era conhecida num tempo analógico dominado ainda pela grande “novidade” dos faxes, pelos telefones fixos, e pela comunicação por telex – para não falar sobre a relevância enorme que a digitalização de meios, outrora apenas presentes no mundo físico, viria a desempenhar ao nível das mais diversas vertentes do nosso quotidiano hodierno. Esse desconhecimento sobre um modelo claro de funcionamento de um ensino a distância tecnologicamente enriquecido gerou uma prudente oposição, provinda sobretudo da parte do conjunto das Universidades Públicas, à criação de uma 14.ª instituição universitária estatal que viesse a competir por recursos orçamentais sempre escassos que, já na altura se adivinhava, não chegariam nunca para as encomendas crescentes por elas veiculadas e amplificadas através do seu órgão de representação coletiva: o CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Públicas). E, naturalmente, os Reitores mais vocais obtinham uma fácil aliança com um Ministério das Finanças, visivelmente alarmado perante um vastíssimo programa de inovações educativas suscitadas pela aprovação, por alargado consenso político, na Assembleia da República, da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) e pelo anúncio público, que eu fizera, de se atingir a mítica meta dos 6% do PIB para as despesas em Educação



(o que viria a acontecer ainda no âmbito dessa mesma legislatura cumprida, pelo XI Governo Constitucional).

Em segundo lugar, o cariz misto da nova instituição. Com efeito, tendo o IPED – Instituto Português de Ensino a Distância, nome pomposo pelo qual se regia o ente teimosamente sobrevivente que se mantinha nos Serviços Centrais do Ministério da Educação, desde a sua criação em 1979, sob a tutela direta do governo – herdado as competências fundamentais do ex-ITE (Instituto de Tecnologia Educativa) que, por sua vez, resultara da extinção do ex-IMAVE (Instituto de Meios Audio-Visuais da Educação), dificilmente se entenderia que o poder político viesse a abdicar de uma entidade totalmente integrada na sua cadeia de comando, fazendo-a substituir por um instituto público, autónomo, como se esperava viriam a ser as instituições de ensino superior em Portugal, conforme compromisso firmemente assumido pelo XI Governo Constitucional (recordo que os diplomas matriciais de autonomia pedagógica, científica, administrativa, financeira, patrimonial e estatutária das Universidades e dos Institutos Politécnicos viriam a ser propostos ao Parlamento e aprovados, ainda no quadro da mesma legislatura, respetivamente, como a Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro). Tendo eu participado, na segunda metade dos anos '60 e no início da década de '70, com Veiga Simão, Fraústo da Silva e Adelino Amaro da Costa, na implementação dos passos iniciais da Telescola e, cerca de 15 anos mais tarde, e assistido ao encerramento das atividades regulares de emissão diária pela televisão de conteúdos educativos em benefício de alunos residentes em locais longínquos da rede escolar dos ensinos básico e secundário, em cerimónia tida no antigo Estádio das Antas, no remoto ano de 1980, enquanto Secretário de Estado da Educação do VIII Governo Constitucional (que ficou apelidado de Governo Sá Carneiro), eu encontrava-me em posição privilegiada para compreender as hesitações políticas que sumariamente enunciei.

Por último, a instabilidade dos Ministros da Educação, até então, com um tempo médio de vida, em democracia constitucional, oscilante em torno dois anos, não propiciava as condições de estabilidade *sine qua non* à formulação, e subsequente negociação, de estratégias de largo alcance, numa área de políticas públicas eminentemente virada para o futuro. Em condições manifestamente exíguas de vida útil, pressionados por números impressionantes de expansão da escolaridade a todos os níveis desde a educação pré-escolar ao ensino universitário graduado e pós-graduado, fruto da *modernização tardia* do



país (conceito sociológico batizado por Anthony Giddens¹), fenómeno que ainda hoje vivemos, e da abertura das válvulas de uma plena democratização do acesso à Educação que se vira adiada desde, no mínimo, meados do século XIX, os sucessivos Governos ansiavam por evitar a ampliação das perturbações inevitáveis dos ciclos educativos e, por conseguinte, acabavam por se abster da criação voluntária de uma nova fonte de problemas, pelo que a instituição da Universidade Aberta não poderia nunca ser prioritária na *realpolitik*, levada a cabo, até então, aos supetões.

Esta trilogia convergente de motivos levou ao adiamento sucessivo de uma decisão de política educativa que se afigurava, à partida, como consensual e evidente.

2. O Programa do Governo discutido, e aprovado, no Parlamento, em 1987

A Educação e o Desporto, sectores que tutelámos, vem encimada pelo título do IV capítulo do Programa do XI Governo Constitucional²: *Preparar o futuro. Apostar nos portugueses*. Esse capítulo abre com um pensamento omnipresente na descrição da nossa proposta ao país que, cedo, se transforma no seu *leit-motiv* fundamental:

Os últimos vinte anos constituíram para Portugal um período de intensa transformação e aceleração histórica. Os próximos vinte anos, horizonte necessário de enquadramento da reforma educativa, são marcados por uma certeza: a da mudança a um ritmo ainda mais vertiginoso (...)

Mais adiante afirma-se uma verdade que hoje estará internalizada, pelo menos ao nível do discurso político, mas que à altura era ainda um conceito arrojado, de contornos marcadamente académicos, tido apenas por seminal na formulação da política pública educativa:

(...) Acima de qualquer outro factor, o futuro da Nação depende de uma geração de Portugueses mais competente e empreendedora, com maior sentido de autonomia, capaz de assumir riscos e

¹ O conceito de *modernidade tardia* (ou *modernidade líquida*) introduzido por A. Giddens, opõe-se ao da pós-modernidade, sendo o caso típico da “galopada” portuguesa encetada nas últimas cinco décadas para recuperar várias centúrias de atraso estrutural relativamente ao mundo desenvolvido e pós-industrial.

Giddens, A. (1991). *The Consequences of Modernity*. Redwood City, CA: Stanford University Press. <https://modernsocieties.wordpress.com/2007/10/29/seminar-two-classical-modernity-late-modernity/>

² <https://www.historico.portugal.gov.pt/media/464039/GC11.pdf>



aberta à inovação, e, assim, melhor preparada para o desempenho nas complexas tarefas do mundo moderno (...)

E vai-se mais longe ao sublinhar-se a importância estratégica de dois pontos que são cruciais ao encontro e ao debate que hoje e amanhã têm lugar neste Congresso:

O reforço do conteúdo cívico, ético e valorativo da escola é indissociável do desenvolvimento de um espírito reforçado de solidariedade efectiva entre os portugueses, por um lado, e entre os portugueses e os membros de uma comunidade humana mais vasta, na qual se destaca, naturalmente, a Comunidade portuguesa espalhada pelo Mundo, bem como os povos que comunicam em Português (...)

A língua e a cultura portuguesa continuam a desempenhar um papel chave no desenvolvimento das relações com esses povos e são elas próprias instrumento privilegiado de cooperação. Cooperação que, partindo de uma raiz educacional comum e aprofundando o intercâmbio, a ajuda recíproca e a busca de soluções mutuamente vantajosas, vise a maior rentabilização do potencial de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos acumulados ao longo de cinco séculos de caminhada conjunta.

(...)

Finalmente, naquilo que nos interessa para o efeito dos objetivos estratégicos prosseguidos pelo presente Congresso, referimos aquilo que vem expressamente previsto no elenco concreto de medidas do referido programa do XI Governo Constitucional que, conforme afirmei na Assembleia da República aquando da sua apresentação, constituíram compromissos inalienáveis, um verdadeiro caderno de encargos, a honrar pelo elenco governativo cujo endosso se solicitava aos eleitos pelo povo, a saber:

- (...)
- A expansão do acesso ao ensino superior, compreendendo, entre outras, a instituição da Universidade Aberta e do Instituto das Ciências do Mar (...) visando uma maior democratização do acesso;
(...)
- A defesa e valorização da língua e da cultura portuguesas, no território nacional e junto das Comunidades Portuguesas no mundo, o seu desenvolvimento nos Estados de língua oficial portuguesa e nos espaços geo-culturais a que Portugal se encontra historicamente ligado, o



incremento das acções de cooperação, nos domínios da educação e da ciência com aqueles Estados, assim como a promoção do ensino português no estrangeiro.

- (...)

E, no que toca a recursos públicos, solenemente prossegue-se com uma afirmação absolutamente inédita em programas de governação:

(...) o Governo compromete-se ao aumento da despesa pública real em educação, por forma a cumprir o compromisso que assume de investimento prioritário nesta área. Visa-se, tendencialmente, atingir até ao final da Legislatura, uma percentagem do Produto Interno Bruto afectada ao sector que coloque o País, pela primeira vez nos últimos 50 anos, próximo do nível mínimo do investimento no factor humano já conhecido na generalidade dos outros países europeus e do mundo desenvolvido,

Este foi o máximo que se conseguiu negociar em texto escrito no Programa de Governo, tendo ficado o Ministro da Educação autorizado a quantificar o objetivo aí explanado aquando da apresentação do mesmo Programa na Assembleia da República. Proclamei então, bem alto e de forma inequívoca, o *benchmark* de 6% do PIB em *investimento educacional* (*nuance* lexical de central importância, oposta à da mera designação de *despesa em atividades educacionais*), como sendo o mínimo aceitável em termos internacionais e europeus, valor que foi efetivamente atingido no decurso da legislatura em apreço.

3. A Universidade Aberta e a Língua Portuguesa

A Universidade Aberta vê-se assim criada a paredes meias com o compromisso firme de desenvolvimento de uma política ativa de defesa e de promoção da Língua Portuguesa que é o suporte material de culturas várias que nela se apoiam, sem prejuízo de tonalidades diversas, e de mestiçagens entrecruzadas com idiomas e formas de viver locais, que estão na raiz de uma enorme dose de criatividade no seu uso.

Arribados a este ponto, vêem-se os meus queridos Amigos perante um luso-oriental-ilhéu (açoriano) que pasma perante um espaço misterioso, a um tempo, *existencial e cultural* ou, dito de outro modo, *pessoal e relacional*, tecido em torno de paradigmas que se entrecrocavam tais como (i) a identidade nacional; (ii)



as contradições de que se encontra ferido o modo de ser lusitano; (iii) a língua em que nos orgulhamos de comunicar correntemente; e ainda (iv) o perímetro marítimo que nos permite aceder a uma comum geografia, associada a uma respiração planetária.

Os Portugueses formam um povo errante e migrante por condição e destino, em cuja alma o eu e o outro são indiscerníveis na formação de uma identidade verdadeiramente multi- e, sobretudo, intercultural (conceito hoje erroneamente em desuso, inclusive prostituído e tido por maldito). Ora, ensina-nos a leitura mais elementar da História que, sempre que Portugal se abriu, destemidamente, ao mundo, a Nação expandiu, cresceu, e afirmou-se como parceiro maior na ordem internacional; ao passo que, quando se fechou, hermeticamente, nas suas fronteiras intestinas, mirrou, diminuiu, e perdeu qualquer sorte de protagonismo na condução dos negócios planetários.

Será que o nosso imortal Vieira, glosando o sapateiro de Trancoso, teria razão ao formular a ousada fórmula do V Império, um Império do Espírito – da Língua Portuguesa – num conceito arrojado, próximo das teses milenaristas de Joachim de Fiori, que tem por pano de fundo o desenho de um destino prospetivo, retomado por Pessoa e por Agostinho da Silva, decorridos vários séculos sobre o seu enunciado?

Há hoje sinais inequívocos que são portadores de um novo futuro para o mundo que se expressa em português. Não só porque somos atualmente um *mundo da moda*, procurado por outros, mas igualmente porque somos solicitados à retoma de uma intermediação historicamente reservada para nós, e que encontra renovadas oportunidades na prioridade atribuída ao diálogo global, sem fronteiras, entre Norte e Sul, Este e Oeste, ricos e pobres. A estratégia denominada *Uma Faixa, Uma Rota* contumazmente enunciada pelo presidente Xi Jinping - que nos visitará oficialmente dentro de dias a convite do seu homólogo português - é o paradigma daquele abraço entre Orientais, Africanos, Americanos e Europeus, que foi sempre um desígnio motor dos navegadores portugueses de antanho, a quem se deve há cinco centúrias, a delimitação da *rota marítima da seda*. Com efeito, somos uma verdadeira realidade arquipelágica (Agostinho da Silva³) propiciada por uma língua mestiça, e plástica, sustentáculo material de culturas híbridas que, ao longo dos anos, a marcha da história – e o encontro entre povos e culturas – foi gerando nas mais diversas latitudes e longitudes, onde invariavelmente abundam as pegadas e os

³ “É um mundo arquipelágico que nós temos de digerir e pensar e compor.”

Silva, A. In “Como essa história da Galiza”, publicado em 2006/02/23 por [Clavis Prophetarum](#) <https://agrunho.wordpress.com/2006/02/23/agostinho-da-silva-como-essa-historia-da-galiza/>



vestígios de uma presença que teimosamente persiste na comunicação codificada em português.

O português é efetivamente falado por, aproximadamente, 300 milhões de pessoas prevendo-se que ultrapasse os 400 milhões de falantes em 2030 sendo, já no nosso tempo, a 5.^a [língua mais falada no mundo](#), a 3.^a mais falada no [hemisfério ocidental](#), e a mais falada no [hemisfério sul](#) do planeta. O português é uma das línguas oficiais da [União Europeia](#), do [Mercosul](#), da [União de Nações Sul-Americanas](#), da Organização dos Estados Americanos, da [União Africana](#), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tendo-se visto recentemente erigida a idioma oficial do Vaticano pelo Papa Francisco. O português é ainda a terceira língua mais utilizada no Facebook e a quinta maior usada na Internet.

Num dos mais belos textos que se escreveram sobre a Língua, Vergílio Ferreira, celebrado autor de obras literárias e educador emérito⁴, numa cerimónia em que lhe é atribuído o Prémio Europália (Bruxelas), em 1991, afirmou: “*Uma língua é o lugar donde se vê o mundo e de ser nela pensamento e sensibilidade. Da minha língua vê-se o mar*” (Ferreira, 1999, 83-84)⁵.

O Português pode – e deve – voltar a ser um instrumento básico de comunicação/cooperação bilateral, e de entendimento multilateral, num mundo profundamente ferido por divisórias linguísticas e agressões religiosas/culturais, totalmente destituídas de sentido, que o nosso idioma terá por missão, e estará destinado, a cerzir.

É esse o mar encapelado que nos compete navegar, e ajudar a acalmar, neste século XXI cujo primeiro quartel surge pejado de conflitualidades, e de fundamentalismos, sem saída fácil.

4. Epílogo

A Universidade Aberta é assim portadora do mandato indeclinável, irrenunciável mesmo, de combater em prol da Língua, e de dela fazer um instrumento de desenvolvimento, paz e de concórdia, na leitura do mandato iniludível de preservação e ampliação de um ativo que é de todas as gerações passadas, presentes e vindouras. Mais, trata-se de um ativo que não é pertença de ninguém, chame-se ele(a):

⁴ *Manhã Submersa e Aparição*, são dois conhecidos livros da autoria de Vergílio Ferreira, aonde perpassam inequivocamente as multifacetadas experiências de vida de um professor liceal que marcou gerações sucessivas de alunos.

⁵ Ferreira, V. (1999). “A Voz do Mar”, in *Espaço do Invisível 5*, Lisboa: Bertrand.



Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor-Lorosa'e ou Macau, nem tampouco da imensa diáspora lusófona espalhada pelos quatro cantos do mundo. Isto é tanto mais verdade quanto, na medida exata em que, dando-se ao mundo, ela mereceu a adoção pelos cerca de 300 milhões de falantes mencionados que a recriam, e refazem, em permanência, como língua vivaz e dinâmica, dia após dia.

Saúdo, assim, a Universidade Aberta e a iniciativa conjunta de criação, efetivada no dia 7 de Maio p.p., da Associação de Educação a Distância dos Países de Língua Portuguesa que constitui um auspicioso começo do que, quero crer, será uma caminhada de sucesso no espírito de serviço a uma causa superior que se apresenta, desde logo, como decisivo instrumento de desenvolvimento humano, social e económico do conjunto das nações e comunidades que se acolhem no seio da CPLP.

O presente Congresso, que tem lugar já sob a égide deste desiderato de cooperação alargada protagonizado pela novíssima Associação, constitui o fórum ideal à concretização de ideias programáticas em torno das quais os seus principais proponentes idealizaram esta sua – "nossa", permitam-me o qualificativo pessoal – Associação, de acordo com os princípios de mútuo respeito, despreconceituada colaboração, inteira confiança e recíprocos benefícios.

Bem Hajam, todos, pelo passo determinante que, corajosamente, acabam de dar para a construção de um futuro conjugado de prosperidade, e de acrescido bem-estar, a que esta comunidade de falantes do Português aspira, e confiadamente partilha. E mais vos peço que aceitem os meus votos calorosos das maiores felicidades no percurso difícil, mas seguramente compensador, que agora iniciam.

Roberto Carneiro

Professor Jubilado da Universidade Católica Portuguesa

Membro do Conselho Consultivo Internacional da Universidade Aberta